

ATUAÇÃO DO MÉDICO VETERINÁRIO NA INSPEÇÃO DE LEITE REVISÃO DE LITERÁRIA

Laura Maria da Silva Santos¹, Bianca Fulgêncio de Faria Lima¹, Flávia Ferreira Araújo²

Discente no Curso de Medicina Veterinária – Universidade Salgado de Oliveira – Universo – Belo Horizonte/MG – Brasil
Docente no Curso de Medicina Veterinária – Universidade Salgado de Oliveira – Universo – Belo Horizonte/MG – Brasil

INTRODUÇÃO

O médico veterinário pode atuar em mais de 80 áreas pela saúde e pelo bem-estar dos animais, dos seres humanos e pela sustentabilidade do meio ambiente. Uma das áreas de atuação é em atividades ligadas à produção dos alimentos de origem animal que chegam à mesa do consumidor que têm papel fundamental na agropecuária brasileira.

CONTEÚDO

A inspeção de produtos de origem animal é definida como atividade exclusiva do médico veterinário e pode ser realizada no âmbito federal, estadual ou municipal.

O Médico Veterinário Responsável Técnico é o profissional apto, pelas normas que regem sua profissão, a certificar o direito de atuar com responsabilidade técnica em empresas. Esse ocupacional é um orientador e o seu papel é garantir a qualidade aos produtos fabricados ou serviços prestados, seguindo as regras determinadas no Código de Ética profissional (OLIVEIRA FILHO, 2017).

O Brasil destaca-se mundialmente como um grande produtor de leite. A atividade ocupa atualmente posição de destaque no cenário econômico nacional, sendo um dos principais agronegócios do Brasil. Nos últimos anos, tem uma evolução significativa da produção de leite no país. O incremento na produção nacional deve-se essencialmente ao aumento que o rebanho brasileiro sofreu, pois a produtividade não tem se alterado significativamente no decorrer dos anos.

No segmento lácteo internacional, o Brasil destaca-se como o quinto maior produtor de leite, embora sua representatividade no mercado exportador seja pequena (SIQUEIRA et al., 2010). Em 1998, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) criou o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNQL) visando contribuir com a qualidade do leite produzido no Brasil (SCALCO & SOUZA, 2006). O PNQL surgiu com o intuito de mudar a forma de se produzir leite no Brasil, melhorando sua qualidade, a fim de garantir à população o consumo de produtos lácteos mais seguros e nutritivos, bem como proporcionar um aumento no rendimento dos produtores (GAZOLA, 2010).

A qualidade dos produtos lácteos também está assegurada por meio de diversos regulamentos técnicos de identidade e qualidade específicos, criados e fiscalizados pelo MAPA e são feitos documentos que têm como finalidade tirar qualquer dúvida sobre a definição do produto, como ele é classificado, sua composição, padrão físico-químico, padrões microbiológicos, peso, medida, rotulagem, métodos preconizados de análise e amostragem.

A análise laboratorial é imprescindível para a inspeção e controle de qualidade dos alimentos, não apenas para a liberação ou não dos produtos de origem animal, mas também para identificar e reverter as falhas que resultam em produtos inadequados.

O resultado do trabalho de inspeção aplicado de forma retroativa sobre o sistema de produção, captação, transporte, recepção e mesmo processamento e conservação, direciona as medidas preventivas a serem tomadas, de forma a evitar a repetição das alterações no produto final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Médico Veterinário como Responsável Técnico nos estabelecimentos agropecuários é ferramenta fundamental para garantir a qualidade dos produtos e serviços.

A simples análise e condenação de produtos impróprios ao consumo, embora ofereça proteção ao consumidor, não modifica a realidade da produção, perpetuando o problema, pois não elimina suas causas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Regulamento Técnico sobre Padrões Microbiológicos para Alimentos. Resolução-RDC nº12, de 02 de janeiro de 2001, Diário Oficial da União, Brasília, nº 7, 10 jan. 2001. Seção I, p. 45-53.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Aprova os regulamentos técnicos de Identidade e Qualidade dos produtos lácteos. Portaria nº 146 de 07 de março de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de março de 1996. Seção I, p. 39-77.

SILVA, A. S., ARAGON, C.C.; SANTANA, E.H.W.; DESTRO, M.T.; COSTA, M.R.; ALEGRO, L.C.A. Listeria monocytogenes em leite e produtos lácteos no Brasil: Uma revisão. UNOPAR Científica - Ciências Biológicas e da Saúde, v. 13, n. 1, p. 59-67. 2011.

BRASIL. Decreto 5053/04, de 22 de abril de 2004. Aprova o regulamento de fiscalização de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabriquem ou comerciem, e da outras providências.

BRASIL. Métodos de análise microbiológica para alimentos. Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 1999. 489 p.

OLIVEIRA FILHO, Benedito Dias de. Manual de
Responsabilidade Técnica CRMV-GO. 1º ed. 2017